

OS EMBATES DA REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO LITORÂNEO CEARENSE PELO TURISMO

Ms. Eluziane Gonzaga Mendes
Universidade Estadual do Ceará
eluzianegm@yahoo.com.br

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima
Universidade Estadual do Ceará
cruzlima@uece.br

Profa. Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano
Universidade Estadual do Ceará
coriolan@uece.br

RESUMO

O litoral cearense é palco de conflitos pela terra desde o período colonial. Os embates da reestruturação do espaço litorâneo continuam e se intensificam na contemporaneidade com a implantação dos investimentos turísticos. Esse trabalho sintetiza os principais conflitos no litoral cearense que têm por consequência transformações sociais, culturais e territoriais. Na busca desse objetivo, investigou-se a história dos embates ocorridos no espaço litorâneo, especialmente os da última década. Os conflitos ocorrem entre índios, pescadores, residentes e aqueles que querem expropriar suas terras. A busca de renda, pela especulação imobiliária, redirecionando os espaços para as segundas residências e ao turismo é a principal motivação dos conflitos de terras litorâneas. Por fim, apresenta-se o caso de Tatajuba, em Camocim, uma das comunidades envolvidas nesse processo.

Palavras chaves: Espaço, Conflito, Turismo e Comunidade litorânea.

ABSTRACT

Le littoral cearense est le scénario des conflits pour la terre depuis la colonisation. Les conflits de la restructuration de cet espace sont provoqués par l'interférence des entreprises touristiques. Cet travail essaie d'analyser les transformations sociales, culturelles et territoriales qui changent l'espace et la culture. Dans cet article on a fait un aperçu historique des conflits entre indiens, pêcheurs, habitants et ceux qui désirent s'approprier des terres. La recherche de rente, de la part de l'agent immobilier directionnent les espaces pour les deuxièmes residences et pour le tourisme. Cela est la principale motivation des conflits dans la zone littorale. En accord avec cet objectif, on présente le cas de Tatajuba, à Camocim, l'une des communautés qui se trouvent dans le même processus.

Mots-cle: Espace, Conflit, Tourisme et Communauté littorale.

Introdução

Na história do capitalismo, a expansão geográfica vem servindo como um dos meios de acumulação primitiva do capital. Esta história acontece desde o início da ocupação das terras dos atuais países subdesenvolvidos, ora com saques das riquezas de povos primitivos, ora instaurando a escravidão de índios e negros africanos. Com a terra dominada, intensifica-se a busca insaciável de lucros com a intensiva exploração das fontes geradoras de riqueza e/ou com o redesenho de novos esquemas: seja destruindo / reconstruindo, seja com as guerras, acordos ou pactos de forma a agregar os espaços de reserva ao processo de produção de capital.

Essa luta expropria espaços, reutilizando-os com atividades mercadológicas. Lugares com valor de uso são usurpados daqueles que aí vivem em harmonia, para tecnificá-lo, com a ajuda do Estado e integrá-lo ao mercado mundial. É nesse esquema que o litoral do Ceará está envolvido, nas últimas décadas, na busca do desenvolvimento econômico. Como pedaço do mundo tropical, seu calor, seu brilho solar e a força criativa de seu povo são arrolados em atividades como agronegócio e turismo. Para tanto, os velhos caminhos metamorfoseiam-se em sendas favoráveis aos fluxos gerados por estas novas atividades. O turismo encontra o leito adequado para seu dinamismo e sua expansão. Lugares povoados por comunidades, alocadas nas bordas marinhas, são reordenados para abrigar amplas instalações a

serviço da hospedagem e do lazer de gente desconhecida provinda de paragens distantes.

O processo de implantação de empreendimentos turísticos, nas modalidades do turismo global, nas áreas naturais, apropria-se de lugares considerados “nobres” do litoral, desapropriando comunidades tradicionais. São introduzidas formas elitistas de ocupação. É nesta área que se desenrola uma luta de interesses pelo espaço, uns buscando acumular lucros e outros, as condições básicas de sobrevivência.

A partir da última década do século XX, com apoio integrado do Estado nacional e de órgãos internacionais (Banco Mundial e outros), instalou-se um projeto de inserção do Nordeste no processo de turistificação do litoral com a produção de espaços especializados para o turismo. É nesse caminho que se estabelece a engenharia da tecnificação da faixa litorânea.

Abordagem Histórica do Litoral

O litoral nordestino desde a chegada dos conquistadores europeus, no século XVI, tornou-se foco de cobiça. Primeiramente, com a implantação da produção açucareira que se estendia da Paraíba até a Bahia. No sertão, desenvolvia-se a pecuária, dando margem à exploração de outras extensões de terras. No território cearense a ocupação ocorreu tanto do litoral para o interior, como do sertão para o mar.

O processo contraditório de uso e ocupação da terra litorânea foi um dos primeiros a representar claramente o conflito entre os povos que o utilizavam para a sobrevivência e aqueles que o viam como um meio de produção lucrativa. Nessa perspectiva, Pinheiro (2002, p. 18) ressalta que

o território tinha significado diferenciado para os povos indígenas e para os colonos. Para estes últimos, a terra era, sobretudo um meio de produção, enquanto que para os povos indígenas, além de ser um dos meios que lhes garantia sobrevivência, o território constituía-se em um valor simbólico, através do qual se definia a própria identidade.

Mostra a História que esses confrontos entre povos de culturas diferentes resultaram em verdadeiros etnocídios e genocídios dos indígenas que habitavam nas proximidades do litoral. “No Ceará, constatou-se que a destruição dos povos indígenas foi uma das mais brutais, ao ponto de os sobreviventes terem perdido algo que é essencial: os idiomas originais” (op. cit, p.50). A destruição da cultura, pelo domínio da língua e da religião acabou por enfraquecer o colonizado e fortalecer o dominador. Neste processo, a igreja assumiu, através das missões evangelizadoras e da catequese, o papel de transformar a cultura indígena, servindo aos objetivos do colonizador. Pinheiro (2002) revela ainda que o aldeamento dos indígenas “teve um papel importante quanto ao nível ideológico no processo de ‘convencimento’ destes povos para aceitarem o novo modo de vida, pois nenhuma conquista se mantém apenas pela violência”.

Neste embate muitas representações culturais dos povos indígenas ainda sobrevivem. Os conflitos no litoral permanecem, motivados pela exploração do petróleo, da pesca, sobretudo da lagosta, pelas atividades portuárias e pelo turismo ou outros interesses. O turismo é, sem dúvida, a modalidade mais recente de uso e conflito no litoral. Nas bordas do mar foram sendo instalados fortes, portos, estaleiros, vilas, cidades e equipamentos turísticos (DANTAS, 2002). Ocupações e organizações sociais diferentes da dos povos indígenas, pois estes primam pela harmonia com a natureza e os empreendimentos, pelo lucro. Para a implantação das vilas e cidades “os conquistadores, sejam colonos ou missionários, procuravam pelos mais diversos meios submeter os povos indígenas ao modo de vida europeu” (PINHEIRO, 2002, p.25). Os índios foram sendo expulsos de seus territórios para dar lugar às sociedades dos brancos. Aqueles que resistiam por meio de lutas armadas passavam a ser os inimigos dos homens brancos. “Os povos indígenas que eram os donos da terra são transformados em invasores, na perspectiva do colonizador” (op.cit., p.28).

Há uma ausência de legislação acerca das Terras da União. Comunidades tradicionais de pescadores, muitos de origens indígenas, são vistas, às vezes, como invasores pelos especuladores, quando são estes que se apropriam de terras, quase sempre, por intermédio do processo de grilagem. Esses confrontos são comuns no litoral cearense, podendo-se citar exemplos os da comunidade de

Tatajuba, Balbino, Prainha do Canto Verde, entre outras. Dantas (20002, p.104) explicita esse processo revelando que:

Conjugando anseios dos amantes do mar, os empreendedores imobiliários e turísticos atuam, alimentando conflitos no litoral que ensejam embate entre duas lógicas: uma de caráter mercantilista e outra vinculada às práticas tradicionais, relacionada notadamente às comunidades litorâneas que são gradualmente tolhidas do direito de permanecerem nas zonas de praia.

A posse da terra das comunidades litorâneas cearenses dá-se com referência à ancestralidade, como a dos povos indígenas. Pinheiro (op.cit., p.24) explica que “a terra, para os povos indígenas, não era vista como um meio de produção, na perspectiva mercantil, ao contrário, era o espaço da liberdade e da possibilidade de viver sem serem constrangidos pelos brancos”. Diferencia-se, assim, da concepção capitalista que busca reproduzir nos lugares novas possibilidades de lucro, quer explorando recursos naturais, quer construindo núcleos e vilas.

Da mesma forma que foram sendo constituídas as vilas, as comunidades de pescadores foram formando seus núcleos por todo o litoral cearense. O processo de ocupação terminou por misturar as etnias, originando a miscigenação. E assim, a origem desses núcleos de povoamento deriva da presença de indígenas, de descendentes de europeus e de negros. Dantas (op.cit., p.19) mostra que:

o tipo de sedentarismo dos grupos indígenas, moradores nas zonas de praia, resulta das trocas estabelecidas entre índios e europeus, reforçadas e enriquecidas pelo fenômeno de miscigenação intensa, na qual o elemento vindo do sertão junta-se ao do litoral. Elementos mestiços que fugindo das secas encontram refúgio nas comunidades de pescadores nas zonas de praia.

Apesar das resistências encontradas no litoral cearense, o domínio desse território era fundamental, pois apresentava uma posição estratégica para a conquista de outros territórios. Com esse argumento foram criadas importantes vilas como Aquiraz em 1699, Fortaleza em 1726 e Aracati em 1748. Segundo Pinheiro (op.cit., p.46) foi “a partir de 1758, que as aldeias indígenas foram transformadas em vilas”. Este foi o caso “das vilas indígenas, de Parangaba, Messejana, Caucaia, Baturité, Pacajus, Viçosa e Miranda, (atual Crato)”, que surgiram de aldeamentos.

A vila de Fortaleza, erigida às margens do Rio Pajeú sob a proteção de Nossa Senhora da Assunção, desenvolveu-se a partir da ocupação colonialista de portugueses. Desse modo, a vila foi transformada em colônia de exploração submissa à coroa portuguesa. Não possuía condições naturais propícias à implantação do empreendimento açucareiro. Linhares, utilizando a afirmação de Liberal de Castro, considera que “[...] até o século XVIII, portanto, Fortaleza era ‘terra de ninguém’, ora pertencendo ao chamado Estado do Maranhão, ora ao Estado do Brasil” (1992, p.132). Daí o atraso na colonização efetiva do *Siará* e de sua capital. A ocupação efetiva e o desenvolvimento das atividades econômicas só vai ocorrer na segunda metade do século XIX quando ocupa sua posição de capital, pois antes o destaque era para a Sobral, Camocim, Viçosa, Ico, Aracati e Aquiraz.

Fortaleza não havia descoberto o valor de sua maritimidade, do banho de mar, do sol, dos passeios pela orla marítima, isso porque não era costume do europeu, enquanto a atividade emergente era a portuária para a exportação do algodão vindo do sertão. Com a abertura da cidade de Fortaleza para o mar, outras funções começaram a ser assumidas pela sociedade local. Isto foi registrado por Dantas (2002, p. 27), quando diz que “[...]graças ao porto e ao desenvolvimento da cultura do algodão, a abertura de Fortaleza para o mar aconteceu. Essa cultura alimenta o fluxo expressivo de barcos transportando mercadoria, principalmente para a Inglaterra”. Esse fato reforça o papel que teve Fortaleza como uma cidade portuária e por muito tempo como entreposto comercial.

A ascensão econômica da cidade vai progressivamente mudando hábitos e costumes dos habitantes de Fortaleza e fazendo surgir os primeiros interesses pelo mar, como revela o mesmo autor (op. cit., p.25): “o desenvolvimento das primeiras práticas marítimas no Ceará (os tratamentos terapêuticos, os banhos de mar e as caminhadas na praia) respondia a demandas de uma sociedade de lazer”.

O crescimento econômico de Fortaleza, a implantação dos meios de transporte, trens, bondes,

favoreceram a expansão da rede urbana, assim como a pobreza, epidemias e secas faziam crescer a migração para a capital, surgindo as novas espacializações. No entanto, esse crescimento urbano ocorreu de forma desordenada, gerando problemas urbanos, como mostra Linhares (1992, p.161):

Na verdade, a partir da seca de 1932, a cidade passa a crescer desordenadamente, mais por inchaço do que por qualquer plano ou disciplina urbana. E este crescimento, como vinha acontecendo até então, acentuou-se em direção oeste. Tanto as elites foram para a Jacarecanga, como os migrantes de baixa renda estavam já se instalando na periferia oeste. As classes médias procuravam moradias no bairro do Benfica e em torno da Praia de Iracema.

Fortaleza desde sua origem é organizada segregando seus espaços. A cidade é caracterizada pela ocupação das classes ricas no lado leste da cidade e as pobres assentam-se no lado oeste constituindo os bairros periféricos. As condições sócio-econômicas dos indivíduos determinam a forma de aquisição dos espaços a serem utilizados. Para os pobres sobram os espaços menos dotados de equipamentos e de condições urbanas e para os ricos, que detêm poder econômico, os espaços plenos de tecnologia e requinte.

A cidade de Fortaleza passa a proporcionar diversas formas de lazer a sua população de acordo com o poder aquisitivo de cada classe, porque também na forma de usufruir o lazer ocorre em espaços segregados embora aparentemente democratizadas pelas ideologias das políticas públicas. A praia privatizada pelo *Beach Park* atende a classe abastada e a da Barra do Ceará aos trabalhadores.

Nas porções do litoral cearense vão sendo impressas de forma indelével as marcas de uma urbanização que traz em sua essência as contradições da sociedade de consumo que reestrutura espaços para gerar mais renda

Para Além da Discussão Teórica

O espaço que interessa às análises da geografia, afirma Santos (2002, p. 151), “é o espaço humano ou espaço social que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço”. Nessa perspectiva os espaços ocupados por grupos humanos sejam comunidades tradicionais ou sociedades elitizadas constituem objetos da investigação científica. Os homens criam espaços para a vida, utilizando técnicas e instrumentos de trabalho simples e seculares, ou tecnologias modernas. As atividades tradicionais no Ceará como a pesca artesanal, a coleta e agricultura, conservam tecnologias arcaicas, embora criem também espaços para o capital.

O tempo do capital é veloz e acelerado, diferente do tempo do agricultor, do pescador, do homem simples. Contudo, os espaços se sobrepõem, o velho convivendo com o moderno, entrando em conflito e criando novos espaços. “O espaço capitalista na geografia é produzido pelas relações dialéticas entre os agentes diretos e indiretos do processo produtivo e a natureza. Na natureza está o próprio homem, enquanto essência humana, que é negada na produção capitalista do espaço e só existe como mercadoria *força de trabalho*” (SILVA, 2001, p.18).

O espaço que era produzido pelas ações humanas para tornar-se a sua morada vem assumindo fins estranhos aos seus próprios habitantes. A produção espacial vem se realizando, sobretudo, para fins econômicos, confirmando o que diz Santos “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (2002, p.63).

A atividade turística, legitimada pelas políticas públicas, é uma produção essencialmente humana, que por sua vez, através do trabalho, utiliza-se do espaço para legitimação de suas práticas. No espaço litorâneo, o turismo vem se alocando de forma intensiva e as ações de comando para sua implantação, na maioria dos casos, são resultantes de agentes exógenos aos lugares.

Toda atividade econômica necessita de uma base territorial, especialmente, o turismo que utiliza os elementos naturais do espaço, apropriando-se das chamadas belezas da natureza, transformando-as em atrativos turísticos e, mas ainda, em mercadoria.

O que significa o turismo no espaço? Significa que é o próprio lugar que é apresentado como espaço

de consumo, e imbricado a isto, tem-se as ações dos agentes que produzem o espaço para o turismo.

O turismo, na afirmação de Coriolano (1998, p.115), “é uma forma elitizada de lazer, uma modalidade de entretenimento que exige viagem, deslocamento de pessoas, consumo do tempo livre e o uso de um equipamento por mínimo que seja como transporte e hotéis”. Desse modo, o lazer “emerge como uma expressão da sociedade de consumo, que necessita dele para se reproduzir ideológica e materialmente” (Op. cit., p. 29). Portanto, o lazer foi materializado pelas viagens, transformado em turismo, num produto de consumo e numa atividade lucrativa em constante expansão. Expansão esta que vem transformando os lugares em objetos mercadológicos, valorizando o espaço em função do valor paisagístico de cada lugar.

As paisagens são elementos que compõem parte do potencial turístico de um lugar, não apenas no âmbito do visível, mas também do sentir e na construção de relações afetivas. A paisagem, como fragmento do espaço, tem significativo valor para o turismo, o que leva Rodrigues (1999, p.47-48) afirmar que “tendo em vista que o turista busca na viagem a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, a realização pessoal, a concretização de fantasias, a aventura e o inusitado, quanto mais exótica for a paisagem, mais atrativa será ao turista”.

A paisagem é um dos elementos constitutivos do atrativo turístico e possui sua base territorial no espaço. Importante ressaltar a diferença entre esses dois conceitos geográficos. Santos explica que “paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (2002, p.103).

O espaço litorâneo tornou-se o *locus* do processo produtivo do capital pelo seu valor de uso, diversidade paisagística e o seu lucrativo valor de troca. É especialmente no litoral onde se encontram grandes investimentos em infra-estrutura, pois nesse espaço alocou-se a maioria das metrópoles brasileiras. Essas grandes cidades facilitam o desenvolvimento das atividades econômicas, por oferecer uma gama diversificada de serviços e infra-estrutura básica, ou seja, a criação de fixos que facilitou o desenvolvimento da atividade turística no litoral. Diz Santos e Silveira (2002, p.167) que a

criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem para balizar o seu próprio movimento. É a dialética entre a frequência e a espessura dos movimentos no período contemporâneo é a construção e modernização dos aeroportos, portos, estradas, ferrovias e hidrovias.

O Ceará, imbuído pelo processo de globalização, absorveu a lógica do capital ao inserir-se no processo produtivo mundial. Para isso, fixos foram criados para aumentar seus fluxos e atrair grandes investimentos e empreendimentos, dentre eles os *resorts* litorâneos. Esse uso gerou um processo reestruturador do território.

A reestruturação, palavra ressaltada nos planos de governo, possui um significado que merece destaque. Na compreensão de Soja (1993, p. 193), a reestruturação significaria uma “freada”, ou mesmo uma ruptura nas tendências seculares, uma mudança de direção da ordem vigente para a criação de uma nova configuração que tenha resultantes na vida social, econômica e política de um lugar. Este autor (Op. cit., p.193) compreende que a reestruturação demanda “uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos”. Apesar desse pensamento assemelhar-se ao sentido da modernidade ao falar de reconstrução e desconstrução, o real sentido tange a uma mudança significativa da ordem com vistas ao capital e que acaba por impedir ou dificultar o desenvolvimento social dos lugares. Isso porque “a antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural”.

As mudanças ocorridas no território cearense como “desconstrução e tentativa de reconstituição”, privilegiam as empresas, ficando às comunidades apenas as sobras ou “perturbações” desse processo reestruturador. No processo de apropriação dos territórios, empresas e Estado se unem nas intervenções em lugares habitados pelas comunidades sem ouvi-las ou atender suas reivindicações.

O território litorâneo habitado pelas comunidades tradicionais de pescadores possui um significado

bem maior do que somente o lugar de residência. A existência de uma relação afetiva com o litoral gerou sentimentos de pertencimento ao lugar. Daí porque se sentem agredidos com a implantação de empreendimentos totalmente desarticulados da sua realidade local. As reações comunitárias são representadas por movimentos sociais organizados que explicado por Santos (2000, p. 134) “devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhes asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade”.

Diante dessas abordagens, é importante saber o significado de comunidade. Para Fernandes (1982, p.69) é “uma relação social, quando a atitude na ação social inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da construção de um lado, diferente das relações da chamada sociedade, onde as relações sociais, as atitudes na ação social inspiram-se numa compensação de interesses por motivos racionais”. Esses motivos racionais em busca de lucro contribuíram para a implantação da atividade turística em praticamente todo o Nordeste.

Entende-se por comunidades tradicionais aquelas em que seus habitantes vivem em regime de subsistência, utilizando-se de práticas tradicionais como a pesca artesanal, a agricultura e a coleta. Essas atividades são repassadas de pais para filhos como um aspecto não somente econômico, mas cultural, como os jangadeiros, as rendeiras, entre outros. Nessas comunidades, o sentimento de lugar é intenso, assim como o de território, dando origem à criação das identidades. Daí porque se denominar comunidade litorânea, sertaneja. As relações sociais são conduzidas pela solidariedade orgânica¹. Valorizam os aspectos ancestrais e de parentesco, fazendo desse o critério para a doação e repartição de terras. Dantas (op.cit., p.22) revela que “as comunidades de pescadores encontram-se, na totalidade do território cearense, representando outro modelo de ocupação do espaço, baseado essencialmente na pesca”.

As comunidades, o estado e as empresas conjugadas são os principais agentes da produção do espaço litorâneo. Mas, as ações exercidas no território são realizadas de forma desintegrada, resultando em embates entre essas instâncias que desejam exercer no território ações diferenciadas. De um lado, a formação de conglomerados econômicos como os *resorts* costeiros, favorecidos pelos planos de desenvolvimento do turismo do Estado, e de outro, a resistência de comunidades que desejam assegurar o direito à terra e à sobrevivência. No entanto, nesse processo contraditório, mesmo nas comunidades a ideologia mercadológica do turismo é absorvida.

A desapropriação de comunidades litorâneas, o processo de especulação da terra, a degradação do ambiente litorâneo, entre outras, são resultantes negativas do processo que ora reina em grande parte do litoral cearense. Daí porque Vasconcelos (2003, p.326) propõe a gestão integrada do litoral por ser uma alternativa viável para mitigar os efeitos dos impactos das atividades econômicas no litoral:

Esta tem entre seus vastos objetivos minimizar esses conflitos através da participação popular nas decisões econômicas locais, no planejamento da integração da comunidade com equipamentos turísticos. Há que se quebrar as barreiras que separam o equipamento turístico (principalmente os mega investimentos) da vida comum e da cultura local nos litorais ocupados pelo turismo.

A atividade turística é pensada em algumas comunidades como uma alternativa para geração de renda, como forma de reação ao turismo global, de massa, sobretudo desvinculada das comunidades. Desse modo, surge o chamado Turismo Comunitário que busca a participação dos moradores de um lugar através de pequenos empreendimentos como pousadas comunitárias, quartos de aluguel domiciliar, restaurantes comunitários, passeios, venda do artesanato local, com a preocupação da qualidade do ambiente e do nível de vida dos indivíduos (MENDES e CORIOLANO, 2003).

Utiliza os recursos naturais e culturais existentes nos lugares de forma branda, ou seja, sem levá-los à exaustão. O turismo de massa, convencional, realiza-se com a implantação de grande infra-estrutura, além do *marketing* intenso para tornar o lugar conhecido. Já essa outra modalidade de turismo, chamada de Turismo Socialmente Responsável², que prioriza a conservação do meio ambiente e das culturas tradicionais, emerge como uma alternativa econômica para pequenas comunidades. Criam oportunidades de trabalho e geração de renda para seus moradores e, sobretudo, educa.

Nessas comunidades, o turista é atraído pela simplicidade, belezas naturais, calma e pela oferta rústica do lugar. Criam-se laços de comunicação, existindo interação e respeito mútuo entre turista e

morador. As relações são humanizadas e pessoais, ao contrário do turismo convencional, onde as relações são impessoais, distantes ou mesmo, inexistem.

No Ceará, existem alguns exemplos de turismo comunitário como o da vila de pescadores da Prainha do Canto Verde, em Beberibe, Tatajuba em Camocim, Ponta Grossa em Icapuí, entre outros, vêm se tornando pontos de referência para outros lugares que buscam um desenvolvimento local calcados na conservação da natureza e respeito às culturas tradicionais. Ao se tratar de respeito à cultura local, Santos (2000, p. 144-145) faz referência ao conflito entre cultura popular e de massa:

os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma política territorializada. Essa cultura de vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações.

Pode-se dizer que o turismo, assim como as demais atividades econômicas, constitui uma atividade contraditória, contribuindo para desagregar as comunidades, mas também para unir. Tanto pode ser utilizado como um fator de desenvolvimento social, como econômico, quando a própria comunidade assume o processo e utiliza o turismo como um dos vetores de reanimação da economia local. Promove o chamado desenvolvimento local, integrando todos os setores sociais e econômicos da comunidade. Um fator relevante deste movimento é o respeito ao meio ambiente e a solução que é dada às questões sociais. Encontrar alternativas viáveis para implantação da atividade turística nas comunidades, de modo que promova relação harmoniosa com a natureza e inclua as comunidades na cadeia produtiva do turismo torna-se um imperativo.

A Realidade dos Conflitos em Tatajuba, Camocim-Ceará

Dentre os embates da reestruturação do espaço litorâneo pelos agentes do turismo, ressalta-se o caso da comunidade de Tatajuba, em Camocim, que possui uma natureza conservada e com imensa beleza, enquadrando-se no rol dos chamados lugares paradisíacos para o turismo. Dunas, lagoas, rio, gamboa, praia e mangues compõem a beleza desse recanto do Ceará. A comunidade é formada de quatro vilas: Tatajuba, Vila São Francisco, Vila Nova e Baixa da Tatajuba. A figura 1 apresenta o litoral oeste com destaque para Tatajuba.

O principal acesso à comunidade é pela CE-085, denominada Rodovia Estruturante pelo projeto PRODETUR I. Chega-se ao município de Granja, no distrito de Parazinho, percorrendo 25 Km de estrada vicinal e passando por um campo de dunas móveis e semifixas chega-se à comunidade. Todos os acessos são difíceis e, portanto, necessária a utilização de carros com tração e bons condutores.

A origem da comunidade tem como marco o ano de 1902, onde se formaram dois núcleos: Cabaceiras de Cima e Cabaceiras de Baixo. A de Cima era porque se localizava na margem direita de uma gamboa, cuja topografia é mais alta e a de Baixo, no lado esquerdo, com topografia mais baixa. A denominação é proveniente da existência de muitas plantas de cabaça nas proximidades da praia. Uma das primeiras famílias foi a dos “Carneiro”, constatando assim, a permanência, uso e ocupação das terras de Tatajuba. Na década de 1950, a comunidade preferiu mudar o nome do lugar para TATAJUBA, devido à abundância dessa árvore na praia. Girão (1971, p.34), pesquisador da História cearense, relata a origem dessa espécie:

a tatajuba, ou pau de tinta, é madeira de côr amarela, da família das urticáceas (*chorophora tinctoria gand*), conhecida em Sergipe por moreira e em Pernambuco por espinheiro bravo. O nome tem outras variantes: tataíba, tatajuba, tataí, tatarema ... Fornece boa matéria corante amarela, apropriada para tinturaria, sendo também utilizada em construções.



No povoado de Tatajuba moram cerca de 180 famílias, de acordo com dados do agente de saúde, através do recenseamento de 2003, divididas nas quatro vilas, em construções de taipa e alvenaria, constituindo uma população de aproximadamente mil habitantes, entre adultos, jovens e crianças, com a maioria de jovens.

Os moradores afirmam que, por volta das décadas de 1970 e 80, as terras começaram a ser griladas e foram vendidas a uma Imobiliária de Fortaleza que por sua vez vendeu para o dono da Fazenda Vitória Régia, que ficava próxima à comunidade. Com essa nova aquisição, perceberam os moradores que suas terras haviam sido griladas³. Alguns grileiros se diziam donos dos terrenos locais que eram ocupados pela comunidade. Somente em 2000, a comunidade teve consciência da extensão do problema, através dos registros de posse da fazenda Vitória Régia, ao receber a cópia do registro no cartório de Camocim, Ceará. Afirma-se que, desde 1993, foram feitos registros da área que totalizam 5.275,450 hectares, incluindo toda a extensão habitada pelos antigos moradores. Essa área, pela legislação constitui terras da União e assim não devem ser instalados empreendimentos privados.

O principal argumento dos empresários é que irá contribuir para o desenvolvimento do lugar, com instalação de infra-estrutura e geração de empregos, através da implantação de um empreendimento turístico denominado “Condado Ecológico de Camocim”. A presença dessa empresa na comunidade resultou na ruptura dos laços de solidariedade orgânica que eram muito fortes, embora ainda persistam algumas resistências. As promessas e o favorecimento a alguns membros, dentre eles, algumas lideranças, através de empregos e glebas de terras, fragmentou a luta, pois dividiu a comunidade. Nessa comunidade existia uma única associação comunitária denominada Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba - ACOMOTA, onde as decisões eram tomadas em conjunto. Com a divisão das lideranças e a diminuição da resistência, as estratégias capitalistas vêm sendo facilitadas. Foram organizadas outras associações, denominadas de Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba e Adjacências e a Associação dos Moradores de Vila Nova e adjacências e Vila São Francisco. A união não depende do número de associações, mas da vontade de colaborar e lutar.

Essas associações conseguiram melhorias como telefone público, projeto de água, entre outros, que beneficiaram os moradores. Percebe-se, claramente, que a empresa aguarda o desenvolvimento da comunidade para valorização de sua área e empreendimento. Outra estratégia é fomentar o desenvolvimento de projetos sociais como banda de música, a construção da sede do Conselho, projetos para a pesca, entre outros. Essas ações são meticulosamente articuladas e nem mesmo os moradores percebem que estão sendo utilizados a favor dos interesses do capital imobiliário.

A ACOMOTA é a representação da comunidade que ainda exerce resistência: pediu auxílio de Organizações Não Governamentais que atuam no litoral, assessorando projetos e lutas judiciais pela posse da terra de comunidades em conflitos fundiários. No início do embate, realizaram um abaixo-assinado, solicitando ao IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, a criação de uma reserva extrativista. Esse processo está sendo recusado pelos moradores que fazem parte das outras associações, causando grandes conflitos internos. Verifica-se claramente que a maioria dos moradores tem medo de perder o acesso a suas terras com a implantação da reserva. Enquanto isso, esqueceram que as suas próprias ações estão favorecendo esse problema, com a venda de terrenos para turistas nacionais e estrangeiros.

Caminhos x Descaminhos das Lutas no Litoral de Tatajuba

Com efeito, diversos pressupostos e questionamentos são suscitadores dessa problemática: a comunidade apresenta uma demanda de força de trabalho que deseja a implantação do empreendimento pela necessidade de sobrevivência, pois a produção da pesca já não é suficiente. Outro lado da mesma moeda é que sempre sobreviveram das atividades tradicionais, correndo o risco de perder suas terras, sem as quais não sabem como poderão sobreviver. Com a implantação plena do empreendimento poderá ocorrer uma mudança brusca na forma do trabalho, de uma atividade tradicional para um trabalho de características abstratas e sazonais como é o turismo. Mudança dos valores culturais da comunidade, em relação ao lugar (perspectiva que já vem sendo visível pela divisão dos moradores entre aqueles que querem o empreendimento e aqueles que temem sua instalação). Problemas, como drogas e prostituição, são encontrados na comunidade próxima, Jericoacoara, o que é questionada e temida pelos moradores da comunidade.

Desse modo, poder-se-ia pensar no processo de acumulação de capital, através da expropriação dos meios de produção dos moradores, pela privatização de espaços públicos, pois sobrevivem quase que exclusivamente da agricultura de subsistência, da pesca e produção de lagosta. Outras comunidades cearenses como: Praia das Fontes, em Beberibe, Flecheiras, em Trairi, entre outras, sofreram o mesmo problema, onde, atualmente os pescadores amontoam suas jangadas em curtos espaços da praia. Com o avanço do mar, a faixa praial diminuiu, e muitos pescadores perderam até o direito de deixar suas jangadas na faixa litorânea, que agora corresponde a frente dos hotéis.

As pessoas de outros lugares ocuparão, por certo, os encargos que exigem mais capacidade técnica e de mando. Desse fato, resultaria um processo migratório: retirando-se os da comunidade para lugares desconhecidos, onde serão vítimas da desterritorialidade, dando lugar a tantos outros que virão para Tatajuba ajudar na reprodução do capital, como já vem ocorrendo.

O Estado, por sua vez, ao implantar infra-estrutura específica acaba ajudando as empresas, age como importante transformador do espaço, mas não ajuda da mesma forma as comunidades. O projeto de implantação de um aeroporto, com recursos da segunda fase do PRODETUR, que daria acesso a cobiçadas rotas turísticas que se estendem de Jericoacoara, Camocim, Delta do Parnaíba até aos Lençóis Maranhenses é a proposta de produção espacial para a região a fim de colocar os fluxos em constante movimento e o capital em expansão.

O processo de produção do espaço é marcado por um conjunto complexo de conflitos entre diversos agentes sociais: as empresas, as comunidades e o Estado. Os resultados desses embates configuram-se como profundas mudanças na sistemática que antes figurava nas relações entre comunidades de pescadores com o mar. Isto ocorreu em tantos outros pedaços do litoral brasileiro, e repete-se em Tatajuba. Descortinam-se fortes conflitos sociais e crises ambientais com a degradação da paisagem natural do ecossistema costeiro. Os povos do mar produzem sentidos e representações sociais e econômicas diferenciadas. Os usos da natureza confinam-se mais com a vida, de onde brotam as raízes culturais, como danças, cantigas, culinária, lendas, entre outras. Esta cultura litorânea, que poderia ser atrativo ao turismo, vem sofrendo um processo de descaracterização, à medida que se transforma em

objeto mercadológico ou quando são eliminados de seus verdadeiros atores. Os projetos de turismo comunitário são formas de resistência ao modelo baseado nos grandes empreendimentos imobiliários que concentram renda, modificando a paisagem e privatizam os espaços públicos.

Notas

- (1) Solidariedade orgânica é um conceito de Santos (2002, p.287-288), ligada à expressão horizontalidade que é “o lócus de uma cooperação mais limitada (...) que fortalece os lugares.”
- (2) O turismo Socialmente Responsável foi a temática do “I Seminário Internacional de Turismo Sustentável”, que se realizou em Fortaleza, em 2003, organizados pela UECE, CEFET, TERRAMAR.
- (3) A grilagem litorânea é realizada através da compra ou apropriação de terras onde, geralmente, são plantados coqueiros. A partir da compra tomam posse desses espaços e por meios ilícitos aumentam os limites das áreas e fazem os registros em cartórios. Em sua maioria, esses terrenos são vendidos para imobiliárias, para fazerem loteamentos ou às empresas do setor turístico.

Bibliografia

- CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. **Do local ao Global**. São Paulo: Papirus, 1998. 160p.
- _____, Luzia Neide M. T.; LIMA, Luiz Cruz (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável**. ANAIS do 1º Seminário Internacional de Turismo. Fortaleza: EDUECE, 2003. 210p.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002. 112p.
- FERNANDES. Florestan. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1992
- LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. 1992. 364p.
- MENDES, E. G; CORIOLOANO, L. N. M. T. A Prainha do Canto Verde: Locus de Resistência e Turismo Comunitário. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Org.) **Turismo Comunitário e Responsabilidade Sociambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003. Capítulo 12, p.173 – 196.
- _____. **Prainha do Canto Verde: espaço de luta e turismo comunitário**. Janeiro/2004. 140f. (Relatório de Pesquisa do Laboratório de Estudos do Território e Turismo – NETTUR) UECE, Fortaleza, 2004.
- PINHEIRO. Francisco José. Mundos em Confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA. Simone de (Org.) **Uma nova História do Ceará**. 2. ed. Rev. e atual. Parte I: Cultura e Poder. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. 17-55p.
- PROJETO GESTÃO COSTEIRA SUSTENTÁVEL. **Diagnóstico Sócio-Ambiental Participativo**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2003, 150p.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 159 p.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.v
- _____. Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2002, 285p.
- _____. Milton. **A Natureza do Espaço**. (Coleção Milton Santos). São Paulo: EDUSP, 2002. 285p.
- _____. Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SILVA, Lenira R. da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2001. 100p.
- SOJA, Edward W. A. **Geografias Pós-Modernas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1993. 324p.
- VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Gestão Integrada do Litoral e sua Implicação na Atividade Turística. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. (Org.) **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNECE, 2003. p.320 - 326

Trabalho enviado em agosto de 2004

Trabalho aceito em dezembro de 2004